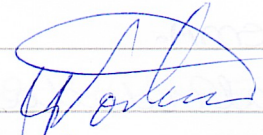
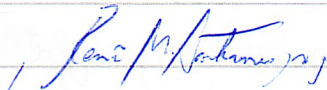
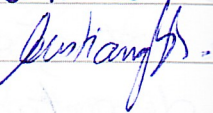
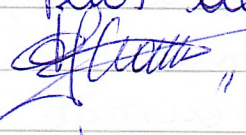
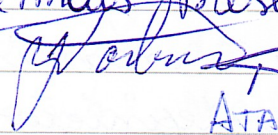
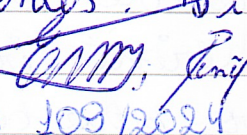
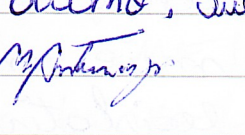


de 2023. Charlene Styanel, , , Bidiano
ATA 108/2024

Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte quatro, reuniram-se na sala do Departamento municipal de meio ambiente os membros do COMDEMA. Inicialmente foi apresentado a mora fiscal ambiental do municipal concursado para a Prefeitura Júlia Pierson Semovilla. Logo após foi tratado sobre o TCA com o hospital, que está com as cláusulas com os prazos atrasados, após discutir ficou decidido que serão notificados e que poderá ser dado mais prazo para a execução do TCA, deverá também ser fixado o valor dos tratamentos de efluentes. Sobre a semana de meio ambiente ficou decidido que entre os dias 5 a 11 de junho de dois mil e vinte quatro será realizados ações em conjunto com todas as instituições representadas no conselho. Sobre o fundo municipal de meio ambiente obtivemos uma resposta parcial do Sec. Municipal de Fazenda, sendo assim será enviado novo ofício para solicitar o extrato real do fundo. Nada mais havendo, encerra a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes: Bidiano, Júlia Semovilla, , , , , .
ATA 109/2024

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se na sala do Departamento de Meio Ambiente os membros do COMDEMA. Inicialmente foi apresentado o saldo atualizado da conta do fundo municipal de meio ambiente, onde nos foi passado pelo email arrecadação@sepedadosul.org do dia treze de maio do ano corrente, que teríamos no fundo um valor de quarenta e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e três

reais com dois seniores, e o conselho decidiu que para a semana de meio ambiente pode ser usado um total de dez por cento deste valor, após termos a necessidade de direcionar a semana do meio ambiente para o tema Mudanças Climáticas, ficando montada apenas a programação da Emater, audiência pública sobre as Meliponíneas no dia sete de junho, de ressaltar todos os casos sobre as enchentes ocorridas no RS desde o mês de abril até a presente data, onde iremos começar agendando no dia cinco de junho uma mesa redonda para a entrega oficial do ofício nº 03/2024/COM-REMA, no dia seis pela manhã teremos a apresentação da palestra Mudanças Climáticas e a exposição da dengue, à tarde iremos participar, junto com o Comitê do Clima, do 1º Encontro Estadual das Comissões Municipais de Mudanças Climáticas do Rio Grande do Sul, no dia sete monteremos o evento promovido pela Emater/ISSCO sobre as Meliponíneas, no dia dez apresentaremos novamente a palestra de Mudanças Climáticas em outro local, para atingir o máximo de público, no dia onze teremos uma agenda junto com o, Sindil digo, Sindicato e dia doze o encerramento, em uma audiência pública sobre as Inundações no RS e principalmente em nosso município, a importância das Áreas de Preservação Permanentes e como restaurá-las, e ações para minimizar os eventos extremos relacionados ao clima. Preocupados de como a gestão pública irá conduzir as reconstruções em nosso município, ficou decidido que encominharemos um ofício alertando para a importância do respeito ao Código Florestal, no que tange as matasiliares, suas recomposições e a não utilização indevida das APPs. Nada mais havendo, encerra a presente ata, que vai assinada por mim e

pelos demais membros. B. Duomo, *B. Duomo*, *ATA 109124, digo 110124.*

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se na sala do Departamento de, digo Municipal do Meio Ambiente os membros do COMDEMA. Inicialmente apresentamos a possibilidade de trancar do Titular do item II) a) do Decreto Nº 4210, 20105124. A Fiscal Ambiental quebra leu o Ofício Nº 003120241COMDEMA, de 16105124. Morione B. Pereira nos deu o retorno por parte da Administração a respeito do rependo Of. Nº 03, nos trouxe a informação que os rependos áreas mencionados no Ofício, são áreas consolidadas, podendo ser reconstruídas. Logo em seguida abriu-se a discussão sobre como resolver a problemática da reconstrução dessas áreas com responsabilidade ambiental. Morione sugeriu audiências públicas com a comunidade local para tomada de decisão conjunta para a reconstrução dessas áreas. A princípio com ocupação, desde que com estruturas móveis para essa comunidade continuar aproveitando o benefício do quibão. A discussão sobre as áreas afetadas pelas enchentes de maio no Balneário do quibão deu-se a ideia de o Município aproveitar a oportunidade para desenvolver o turismo da região com a disponibilidade de fornecer a infraestrutura para desenvolvimento dessa estrutura móvel. Bostado em

outros iniciativas que estão dando certo, digo certo, na região temos o exemplo da Praia Nova. Outra problemática trazida pelos membros desse conselho foi informar a comunidade a partir de agora o que pode e o que não pode ser feito nessas áreas. Foi solicitado que o Poder Público não deve investir dinheiro em áreas indesejadas. Assim como tomada de decisão desse conselho para digo, como iniciativa de informativo para com a comunidade, decidiu-se por uma Palestra no Balneário do Zebão em 11 de junho a 13:30, nesse Balneário. Repetimos o Cronograma da Sec. digo da Semana do Meio Ambiente. Redefinimos o encerramento da Semana do Meio Ambiente para o mesmo dia da Palestra, dia 11/06/24. A Secretária de Agricultura nos trouxe a reflexão da reconstrução não baseada no que já foi feito, mas em novas alternativas diante dos desafios modernos em relação a temática ambiental. Também Regina trouxe a temática da responsabilização do bem estar animal, com a inclusão desta temática como iniciativa de educação nos Bairros na cidade, de maneira integrada com a Assistência Social. Nada mais havendo, encerra a presente ata que vai assinada por mim e demais membros: DANIELA M.

SCHOTT: Daniela Schott, [assinatura], [assinatura], [assinatura], [assinatura], [assinatura]

Ata 11 de 2024

AO dia 11 de junho de 2024, foi dado o in'v, digo início na audiência pública com o Tema Área de Preservação

Permanentes - APP, que teve como ponto de encontro o ~~fórum~~
Juliano e posteriormente todos deslocaram-se até o Centro Cultural
de São João, Teropi, onde às 14^h, ou seja, quatorze horas e
trinta minutos foi realizada a abertura oficial da audiência
pública pelas vereadoras Bibiana e Júlia além como pelas auto-
ridades Zonia, prefeita de São Pedro do Sul, Vondir Oestreich,
vice-prefeito de Teropi, Sr. Jaime, presidente deste conselho, Alexan-
dre, presidente da Associação de Juízes e demais vereadores presen-
tes dos Municípios de São Pedro do Sul, Teropi e Santa Maria.
Em sequência, o Sr. Jaime conheceu o Sr. Alexandre Subersky,
engenheiro agrônomo, doutor em ciência de solo para explorar
seus conhecimentos sobre gestão de bacias hidrográficas e áreas
de preservação permanente o qual demonstrou em uma apresen-
tação sobre a uma das bacias hidrográficas, demonstrando as
ligações sobre recursos hídricos e a importância da participação
da comunidade para melhor gestão das águas, relatou também
a importância da participação do presidente do Comitê de Bacias
hidrográficas da Bacia do Jacu, ou seja, Ibicuí, chamar o Comi-
tê para mais próximo dos tomados de decisões que o municí-
pio idealiza. Teve como forma complementar a legislação de
vegetação com o Código Florestal e sobre o exatamento superficial
em diferentes pontos conforme a intensidade em relação ao
tempo. Em sequência, representando a Secretaria de Meio Ambi-
ente de Teropi, Sr. Suzana, explicou sobre a importância do
planejamento ao alojar os recursos na reconstrução das áreas
afetadas. Representando o Batalhão Ambiental, as senhoras Júlia e
2^a vergente, e Heluiz Romão, vedado, exploraram em sequência
sobre a dinâmica do solo em eventos de precipitação, com
a importância de conservar o meio ambiente, elencou que
as legislações ambientais foram criadas por todos e que a in-
tervenção é realizada para cumprimento das legislações para con-
servação do meio ambiente. Foi relatado a importância de conserva-
ção na zona urbana e rural conforme o panorama de cada

as aglomerações das construções, não existindo documentos de regularização destas mesmas, comentou-se a função da administração pública na aplicação de recursos, sendo sugerido iniciar uma meta para a administração para estudar as possibilidades de investimento dos valores a fim de evitar a contaminação em causar um crime ambiental, garantindo apenas a limpeza e desobstrução dos rios e não a reconstrução de impedimentos em áreas de preservação permanente, alertando a importância de realizar estas atividades com autorização dos órgãos ambientais pertinentes, sendo pertinente alertar, digo, alertar tanto o poder legislativo, quanto o poder executivo. Foi comentado pelo Sr. Jaime e Sra. Marlene a alternativa de realocação de moradores situados em áreas de risco, montando ações de educação ambiental para utilizar as áreas de preservação permanentemente em atividades apenas de lazer e não de moradias. Salientou-se com a fala do Sr. Alexandre, a importância de trazer o Comitê de Bacias Hidrográficas do Itaipu para uma conversa com o conselho, levantou-se os questionamentos realizados durante a audiência pública quanto a reconstrução da ponte entre São Pedro do Sul e Toropi e quanto a influência dos barragem de Quevedos no volume da água, sendo concedido o envio de ofícios para essas entidades responsáveis. Nada mais havendo, encerra a presente ata que vai assinada por mim e demais membros, Julio P. Samaylla, René M. Antequera, Wilson (Hikari), Bidiomo ~~Fluente~~, Murilo ~~Porter~~ e ~~Pepe~~ ~~Alves~~.